

A URSS e a contra-revolução de veludo (III)

Ludo Martens

Primeira parte

Janeiro de 1990

Os primeiros frutos podres da «revolução democrática»

Nestes últimos tempos, a imprensa fez notar, com uma desconcertante insistência, que «só a Roménia resiste à vaga de liberalização» que se desencadeia a Leste, e entrincheira-se num «stalinismo anacrónico». Ainda em 12 de Dezembro de 1989, os *habitués* da Bolsa de Bruxelas suspiravam: «*Apesar da liberalização geral na Europa de Leste, a Roménia de Nicolae Ceausescu continua a defender os valores do “socialismo científico” e do papel dirigente do Partido Comunista na vida política do país*».¹

Depois disso, houve «a revolução», se acreditarmos na senhora Thatcher e no senhor Bush, peritos na matéria. O socialismo significa tirania, miséria e corrupção; o povo fez a sua revolução para obter a liberdade, a igualdade e a fraternidade. «Maravilhoso povo romeno», exclamou a senhora Thatcher, num sobressalto pouco habitual nela. E os belgas puseram-se a juntar chocolate, açúcar, leite em pó, roupa usada, medicamentos, com a firme convicção de que iam contribuir para a nobre causa do combate contra a tirania e a miséria.

No entanto, é mais fácil oferecer um quilo de açúcar do que precisar o verdadeiro sentido da palavra liberdade. Que faces apresentarão a liberdade, a igualdade e a fraternidade na Roménia de amanhã? E se a liberdade significasse apenas privatização, a igualdade simplesmente a possibilidade para todos de comprar empresas – desde que todos possuíssem os meios necessários? E a fraternidade os laços de interesse que unem todos os exploradores do mundo?

Na «revolução» romena aparecem vedetas de um só dia para cantar com ênfase a Liberdade diante do povo. Mas também aparecem, bem longe das multidões delirantes, economistas a falar prosaicamente do essencial. Como tão bem diz um jornal financeiro a propósito das perturbações do Leste: «*Esta deriva do comunismo é acompanhada de reformas económicas que põem fim ao dogma da “socialização dos meios de produção”*. As novas leis adoptadas um pouco por toda a parte, farão de 1990 o ano da privatização das empresas».² Assim *L’Echo de la Bourse* manifesta a esperança de que a revolução (sim, leitor conservador, é preciso seguir o movimento, *L’Echo de la Bourse* é um decidido partidário da Revolução!) conheça uma vitória total. Claro, a revolução poderia ainda ser um tanto travada pela

¹*Echo de la Bourse*, 19 de Dezembro de 1989.

²*Echo de la Bourse*, 3 de Janeiro de 1990, p. 1.

«existência de uma burocracia que tudo faz para deitar areia nas engrenagens dos que desejam andar em frente».³ Mas a revolução vencerá. A Bolsa não tem dúvidas.

O diabo transforma-se em anjo e vice-versa...

Pobres espíritos manipulados, os que acreditam que as nossas multinacionais e os nossos canais de televisão se interessam pela «liberdade», pela «democracia» e pela «luta contra a ditadura» na Roménia. Não foram os nossos políticos que cuspiram o seu mais negro veneno contra o tirano Jaruzelski? Depois do seu golpe de Estado de 13 de Dezembro de 1981 e a tomada do poder por um Conselho Militar de Salvação Nacional, Jaruzelski simbolizava o totalitarismo stalinista. Mas como o indivíduo desenrola hoje o tapete vermelho diante das nossas multinacionais, gaba-se-lhe agora a sabedoria e a sua estatura de homem de Estado. O *Figaro Magazine*, ponto de convergência de toda a direita anticomunista francesa, faz manchete em 21 de Outubro de 1989: «*Exclusivo: Jaruzelski. O golpe da sedução*». E sob um retrato favorecido do antigo monstro stalinista, pode ler-se: «*A aprendizagem do consenso. Comunista, militar devotado ao partido, o general Jaruzelski procura hoje inventar um novo personagem: o presidente acima dos partidos, que encarnaria a nação e não uma ideologia*».⁴

Não há ainda dez anos, num momento em que era ainda preciso dividir os países socialistas para melhor os poder infiltrar um a um, Ceausescu recebia uma medalha real das próprias mãos da rainha de Inglaterra e foi recebido com grande pompa pelo rei Balduíno. Ainda mesmo em 1982, Willy De Clercq, (ex-chefe do Partido Liberal, homem da *Société Générale*, Comissário Europeu) sustentava sobre a Roménia: «*Nicolae Ceausescu é um pacifista de longa data. (...) Apesar da ideologia socialista do Partido Comunista Romeno, o próprio país desenvolve uma política exprimindo as verdadeiras intenções dessa nação*».⁵ Nessa altura, a direita classificava Ceausescu como «*grande trabalhador*», «*humanista*», «*inimigo dos abusos da burocracia*» e «*homem sóbrio, levando uma vida muito simples*».⁶

O mesmo Ceausescu foi hoje transformado, por esses propagandistas da direita, num tirano sanguinário, no «Drácula dos Cárpatos», num «vampiro», no «Rei-Sol da Roménia», pela única razão de que se opôs, bem tarde, à vaga de capitalismo selvagem desencadeada sobre a Europa de Leste.

Num passe de mágica, os nossos especialistas da guerra psicológica podem transformar o tirano Jaruzelski em homem de Estado e o reformador Ceausescu em terrível ditador. Estes meandros da propaganda nada têm a ver com a duplicidade e a hipocrisia. Servem uma finalidade constante, prosseguida com espírito de continuidade: dividir o movimento comunista, apoiar as tendências revisionistas, promover os interesses do mundo capitalista.

Contrário à intervenção soviética na Checoslováquia, em 1968, como à ocupação do Afeganistão, em 1979, Ceausescu contribuía aos olhos do Ocidente para o desenvolvimento do nacionalismo anti-soviético e o esboroamento do campo socialista. Aceitando avidamente os abundantes créditos que o Ocidente lhe oferecia, Ceausescu permitiu o crescimento dos privilégios entre a elite do partido e espalhou a ideia de que o socialismo podia casar-se com o crescente domínio das multinacionais sobre o país. Nada havia de hipócrita na hábil propaganda de Willy De Clercq à glória do revisionismo romeno.

³Ibidem.

⁴*Le Figaro magazine*, n° 14.044, 21 de Outubro de 1989, p. 101.

⁵De Launoy Jacques: *Nicolae Ceausescu – un combat pour le désarmement et la paix*, éd. Paul Legrain, p. 7-8.

⁶Ibidem, p. 17-18.

Mas em 1989, personagens que abertamente desfraldavam a bandeira americana chegaram ao poder na Polónia e na Hungria. Quem, no Ocidente, teria ainda necessidade do revisionista Ceausescu como apoio? Tanto mais que este, alarmado há vários anos com a crescente agressividade do capitalismo, se retractou. Não dizia ele em 24 de Outubro de 1989: «*Os meios imperialistas proclamam cada vez mais insistentemente o capitalismo todo-poderoso e predizem de novo o desaparecimento iminente do socialismo. Estes reaccionários desencadearam novamente uma ofensiva ideológica e política visando difamar e minar o socialismo, uma política de ingerência nos assuntos internos e de desestabilização dos países socialistas, usando todos os meios do arsenal da guerra fria, desde a informação desnaturada da opinião pública e o denegrimento do socialismo, a chantagem, a diversão, as sanções económicas e políticas, até ao financiamento directo de grupos e de forças anti-socialistas e antinacionais*».7 Nada nestas palavras é falso. Para que não sejam escutadas, os antigos louvaminheiros de Ceausescu declará-lo-ão «vampiro», «Nero», «fanático de pornografia»...

A fauna multipartidária que invadiu a Hungria

A liberdade política que a direita quer impor na Roménia, a golpes de mentira, de encenações macabras e com profusão de espingardas e de tanques é já uma realidade na Hungria. Impossível fechar os olhos sobre a contra-revolução burguesa que toma conta do país.

Já em Maio de 1989, uma conferência da fracção «reformadora» do Partido Comunista Húngaro adoptou um manifesto de ruptura com todo o passado socialista. Sob a autoridade de três membros do *Bureau* Político, Imre Pozsgay, Rezso Nyers e Pal Vastagh, a conferência abjurou o comunismo, essa forma de «despotismo asiático», para abraçar o socialismo democrático à ocidental. Reabilitou a contra-revolução anti-socialista de 1956 e o seu chefe, Imre Nagy. E, com toda a lógica, tirava da gaveta o programa de 1956: «*neutralidade garantida pelas duas superpotências*», «*transição planificada para um sistema multipartidário*», «*transformação completa da economia*».8

Esta fracção tornou-se dominante no Congresso de 7 de Outubro de 1989, que enterra o «*Partido Socialista Operário Húngaro, uma formação de tipo bolchevique(!)*», para formar o novo Partido Socialista Húngaro, cujas palavras de ordem são: «*Uma democracia parlamentar pluripartidária*», «*economia de mercado*» e «*a liberdade de aquisição de bens*».9 Imre Pozsgay dará o tom: «*O comunismo já não está na ordem do dia. O nosso objectivo é o socialismo democrático. Tenho bons contactos com Bettino Craxi, o número um do partido socialista italiano, com Hans Jochen Vogel, presidente do SPD alemão ocidental. Aprecio a política seguida pelos socialistas franceses*».10 Em Outubro de 1989, fazendo o balanço de seis meses de trabalho governamental, o primeiro-ministro Miklos Nemeth menciona, entre outras, as mudanças fundamentais introduzidas: instauração de uma «*democracia parlamentar*», «*início de um programa de liberalização até hoje sem precedentes nos países do Leste europeu*» e o «*começo de uma vasta reforma da propriedade*». «*Graças a tudo isso, a economia húngara aproximou-se das economias de*

7Ceausescu: Discurso de 24 de Outubro de 1989.

8*International Herald Tribune*, 23 de Maio de 1989, «Hungary Party Radicals».

9*Bulletin hebdomadaire*, 27 de Outubro de 1989, p. 1.

10*Le Figaro*, 11 de Outubro de 1989, «Imre Poszgay: Le communisme...»

mercado modernas». ¹¹ Enfim, o antigo partido comunista pronuncia-se sem artifícios por um sistema político e económico burguês.

Ora, é necessário recordar que a Hungria conta também com um partido social-democrata, fundido em 1948 com o partido comunista, mas que renasce das cinzas em finais de 1988. Como é que estes socialistas podem perfilar-se perante um partido ex-comunista, completamente social-democratizado? Muito simplesmente, falando com mais franqueza do que os partidos sociais-democratas ocidentais têm por hábito fazer! «*Os sociais-democratas húngaros*», esclarecem-nos estes senhores, «*entendem estabelecer a ponte entre os empresários, quer dizer os burgueses médios, e a classe operária. Não aceitam a contradição trabalho-capital, já que estimam que o rendimento nacional só crescerá na medida em que o seu motor seja a camada de empresários.*» ¹² Que bem formulado!

Eis-nos informados acerca da «esquerda» húngara. (Louis Van Geyt, presidente de um partido, ¹³ esse também em vias de extinção, escreverá a Rezso Nyers, presidente do novo Partido Socialista Húngaro: «*Os nossos melhores votos de sucesso na empresa de renovação democrática do socialismo na Hungria.*» ¹⁴ É com esta voz que os mortos devem falar.)

Olhemos agora para o resto da fauna multipartida. Em 18 de Setembro de 1989, os dois partidos mencionados assinaram um acordo com cinco partidos da direita, o Fórum Democrático Húngaro, o Partido dos Pequenos Proprietários, o Partido Popular Húngaro, o Partido Democrata Cristão e a Sociedade Endre Bajcsy-Zsilinsky.

Em conjunto proclamam a intenção de inscrever na nova constituição que a nação húngara «*aceita os valores da democracia burguesa e do socialismo democrático*»! ¹⁵ Três partidos da oposição recusaram assinar este acordo porque continha demasiadas concessões aos comunistas...

O socialismo, sociedade revolucionária em que dominam os interesses dos trabalhadores, não pode defender-se e desenvolver-se senão sob a direcção firme de um partido de vanguarda marxista-leninista. O Partido Comunista Húngaro levou 36 anos, de 1953 a 1989, a degenerar-se. O multipartidarismo foi introduzido na Hungria pela «revolução de veludo» de 1989, como um novo regime com múltiplos partidos burgueses.

E que é feito dessa outra conquista da «revolução»: a liberdade de imprensa? Em Outubro de 1989, a *Radio Free Europe*, financiada em primeiro lugar pela CIA para ser retomada a seguir pelo Congresso americano, pôde abrir escritório em Budapeste e começar a recrutar jornalistas locais. Rupert Murdoch já comprou 50 por cento das acções de dois jornais populares húngaros e Robert Maxwell anuncia que investirá nas televisões e jornais da Hungria. A liberdade de imprensa será a de qualquer país capitalista: a liberdade para o capital de comprar toda a indústria da informação e a liberdade para os serviços policiais de a manipular. ¹⁶

Revoluções que rendem muito às nossas multinacionais!

O sentido real dos acontecimentos na Roménia não pode ser extraído do cocktail de meias verdades, de críticas justificadas, de intoxicações e de ódios anticomunistas que hoje nos é servido pelos *media*. E no entanto, na feroz luta de classes que se desencadeou a nível

¹¹Ibidem, p. 4.

¹²Ibidem, p. 7.

¹³Trata-se do Partido Comunista Belga (N.T.)

¹⁴*Le Drapeau Rouge*, 25 de Outubro 1989.

¹⁵*Radio Free Europe, Hungarian SR/15*, 4 de Outubro de 1989, p. 37.

¹⁶*The Wall Street Journal*, 10 de Outubro de 1989: «Radio Free Europe Gets Budapest Office».

internacional, não se torna difícil compreender que forças sociais vão dirigir a Roménia «livre».

Basta-nos examinar objectivamente o curso dos acontecimentos na Polónia e na Hungria para nos darmos conta do que se passa na realidade na Roménia: a queda final de um socialismo minado pelos seus erros e fraquezas, o retorno ao poder de uma direita e de uma extrema-direita ébrias de vingança, o restabelecimento, através de pequenos passos táticos, da feroz ditadura das multinacionais europeias e americanas.

Hoje, as multinacionais já não discutem o futuro da Europa de Leste: têm a tranquila certeza de que o restabelecimento do seu poder se encontra ali assegurado. As suas discussões incidem agora sobre o modo como fazê-lo, sobre a tática, sobre os escolhos a evitar. A imprensa americana dá o tom. «*As insurreições populares na Europa de Leste concentraram-se essencialmente sobre o derrube dos partidos comunistas autoritários que governaram durante mais de quarenta anos. A questão fundamental, afirmam unanimemente os peritos, é a de saber até que ponto será necessário dismantelar os sistemas económicos comunistas centralizados e avançar no sentido do capitalismo do mercado livre com a sua propriedade privada e a sua capacidade de criar uma sociedade de ganhadores e de perdedores*».¹⁷ «*Como as amplas estruturas de planificação e de regularização são suprimidas nos diferentes países, os negócios com a Europa de Leste começarão a assemelhar-se às operações com os outros países em vias de desenvolvimento, dizem os peritos. “Dentro de dois ou três anos, assim será no caso da Polónia, entalada entre a Checoslováquia e a Alemanha de Leste”, afirma o perito David M. Kemme, um economista do Instituto de Estudos Este-Oeste de Nova Iorque.*»¹⁸

Na Roménia, as multidões agitam ainda as bandeiras esburacadas da vitória sobre o socialismo. Mas a propósito da Polónia e da Hungria, os jornais bolsistas, que ainda há um ano faziam soar os tambores da mobilização pela liberdade e a democracia, falam já mais prosaicamente. «*Tal como se sabe demasiado bem na América Latina*», escreve *L’Echo de la Bourse*, «*as reestruturações a que serão submetidos os polacos e os húngaros correm o risco de causar danos.*»¹⁹ Mas, perguntarei, estes polacos e estes húngaros, não terão acabado de sair do inferno comunista? E propõem-lhes causar-lhes mais danos do que eles sofreram nesse inferno?

Nenhum homem de negócios de Paris ou de Nova Iorque nos contradirá: depois da tirania de Ceausescu que proibia de importar livremente, de investir e de comprar empresas, eis-nos entrados a toque de caixa na grande era da liberdade de pilhar, de explorar, de conquistar.

Em breve, as multinacionais serão livres na Roménia, como já o são na Hungria. O economista Jacques Nagels fala de um capitalismo selvagem na Hungria. Só em parte é verdade: o essencial do capital nacional passará para as mãos das multinacionais, caindo o restante no regaço dos exploradores húngaros que, a justo título, serão chamados de «selvagens». Desde Janeiro de 1989, três leis determinam o novo curso capitalista na Hungria. A primeira permite criar sociedades anónimas, empregando até 500 trabalhadores. A segunda dá luz verde a participações estrangeiras maioritárias e à exportação de lucros em divisas. A terceira regulamenta a privatização das empresas do Estado.²⁰ Pouco depois, a firma *Ganz*, importante fabricante de material ferroviário, passa para mãos britânicas e 49,65 por cento das acções da *Tungsram AG*, fabricante de lâmpadas eléctricas, são adquiridos pela *Girozentrale*

¹⁷*International Herald Tribune*, 12 de Dezembro de 1989.

¹⁸*International Herald Tribune*, 19 de Dezembro de 1989.

¹⁹*Echo de la Bourse*, 12 de Dezembro de 1989.

²⁰*Intermédiaire*, 11 de Setembro de 1989, p. 31.

austríaca. Comentário de Kalman Mizsei, economista húngaro: «*Se metade de uma das maiores e mais avançadas empresas pode ser comprada por 110 milhões de dólares, a Alemanha Federal pode comprar todo o país*».²¹ O secretário-geral da Câmara de Comércio húngara, Peter Lorincze, estima que 25 por cento da indústria húngara pode passar para mãos estrangeiras, «*o que é mais ou menos o ratio de antes da guerra*».²² Em nome da autogestão, 80 por cento das empresas húngaras são dirigidas, desde 1984, e portanto sob Kadar, por conselhos de empresa, cujos membros agem de facto como accionistas privados. Nos primeiros 11 meses de 1989, 40 empresas importantes foram vendidas pelas suas direcções «autogestionárias» a investidores estrangeiros.²³

Todos os filantropos que enviam o seu quilo de açúcar e o seu pacote de chocolate para a Roménia podem encontrar aqui matéria de reflexão. Como poderá o adorado povo romeno manter a independência se o FMI lhe dita sua a lei? Como poderá desenvolver a sua economia quando a livre concorrência externa lhe levará a devastação? Como poderá conhecer o bem-estar quando as multinacionais começarem a drenar as magras riquezas em direcção a Paris, Bona e Nova Iorque? E é precisamente isto que os banqueiros ocidentais preparam. «*A derrocada da cortina de ferro poderia dar um empurrão suplementar às nossas economias ocidentais. É esta pelo menos a opinião do banco Indosuez, ao prever que, até 1995, os países da OCDE beneficiarão de um crescimento suplementar anual de meio por cento. A República Federal Alemã arrecadando para si um crescimento suplementar acumulado de 4,5 a cinco por cento no decurso dos próximos seis anos*».²⁴ Assim, o Produto Interno Bruto referente apenas à Alemanha crescerá 35 mil milhões de dólares graças à «liberdade» reencontrada na Europa de Leste. Foi para isto que demos o nosso quilo de açúcar? Quem pagará este «crescimento suplementar» no mundo imperialista senão os trabalhadores polacos, húngaros e romenos? Quem poderá continuar e fingir que as multinacionais ajudaram a derrubar Ceausescu para «arrancar os romenos da miséria»?

A entrada triunfal dos carniceros do FMI

As multinacionais podem fazer alarde de uma tal confiança no seu futuro na Polónia e na Hungria porque os seus homens já lá estão no poder. Bronislaw Geremek é o presidente do grupo parlamentar do *Solidarnosc*. De passagem por Bruxelas, declara: «*Sabemos o que queremos: uma economia de mercado que funcione bem. Pode-se pensar também que deveria haver lugar no seio da Comunidade Europeia para países como a Polónia e a Hungria. E se o método que actualmente empregamos para chegar à economia de mercado não é o melhor, então devemos mudá-lo. A CEE pode ajudar a Polónia a diminuir os custos sociais destas transformações*».²⁵ Isto corresponde às aspirações mais temerárias que a direita europeia podia exprimir nos anos 70: a Polónia deve submeter-se às leis do mercado e integrar-se na Europa imperialista que fará a supervisão dessas transformações. E para as necessidades da reconquista da Europa de Leste, a Comunidade Europeia criou de urgência um «banco de desenvolvimento dos países de Leste»²⁶ com um capital de 11 mil milhões de

²¹*The Wall Street Journal*, 28 de Setembro de 1989, «Knocking of Hongrie on Door...».

²²*Ibidem*.

²³*Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 20 de Dezembro de 1989, «In Ungarn Widerstand...».

²⁴*Echo de la Bourse*, 12 de Dezembro de 1989.

²⁵*La Dernière Heure*, 7 de Dezembro de 1989.

²⁶ Trata-se do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD), criado em 1991 para financiar as privatizações e outras transformações económicas nos países da antiga União Soviética e do bloco socialista do Centro e Leste europeu. (N. Ed.)

ECU.²⁷ Jacques Attali, braço direito do muito socialista senhor Mitterrand, será o seu presidente. «A crer no primeiro relatório dos peritos, será possível estabelecer créditos da ordem dos 1,1 a 2,2 mil milhões de dólares, essencialmente para financiar investimentos privados».²⁸

Mas para dirigir a mudança na Polónia e na Hungria, a Europa chamará o Fundo Monetário Internacional, melhor perito na matéria, mais rodado na preparação dos «planos de reestruturação» e nos «planos de salvamento» que semeiam a miséria, a mais desumana indignação, a morte na África e na América Latina. E, efectivamente, os carniceiros do FMI foram já colocados no trono pela direita polaca e húngara.

Destruir os sectores socialistas e reintroduzir o reino das multinacionais, eis a tarefa exaltante, decerto, mas completamente nova para os *wonderboys*²⁹ americanos do FMI. «O Fundo Monetário Internacional nunca teve de dirigir a transição de um comunismo de estilo soviético para um capitalismo baseado no mercado. De facto, 90 por cento da indústria polaca são propriedade do Estado. Não é nada claro o modo como privatizações tão amplas poderão ser postas em prática.»³⁰ Uma agência do Banco Mundial, a *International Financial Corporation*, anunciou já um plano de cinco pontos para ajudar a Polónia a privatizar a sua economia e para criar mercados financeiros. Estes desenvolvimentos são considerados pelas multinacionais como condições necessárias para investir na Polónia.³¹ A Polónia «livre» deixa-se portanto colonizar complacentemente pelos peritos do FMI e pelos diplomados da *Harvard University* que pululam nos gabinetes ocultos dos novos ministros. Sacrifícios, austeridade, desencadeamento das forças do mercado livre. «Segundo Witold Trzeciakowski, presidente do Conselho Económico, o "tratamento de choque" poderia integrar uma fórmula para transformar a indústria do Estado em propriedade privada, a dissolução dos monopólios, o refinamento dos procedimentos de falência, a organização de uma bolsa de acções, a criação de um sector bancário que funciona segundo os princípios capitalistas, a elaboração de uma nova estrutura de taxas, a abertura de agências para desempregados e, é claro, a garantia de ajuda financeira ocidental para toda esta operação.»³²

No princípio de Dezembro de 1989, o parlamento húngaro rejeitou as condições do programa económico governamental, redigido de acordo com os peritos do FMI. «Miklos Nemeth, primeiro-ministro húngaro, fez questão de avisar o parlamento, pedindo-lhe para adoptar o programa económico, sob pena de se ver fecharem-se as torneiras dos financiamentos ocidentais e talvez mesmo de se assistir ao afundamento da economia do país».³³ Ao escutar estas palavras, lembremo-nos de que estes bravos húngaros acabaram há pouco de escapar à tirania comunista. Conquistaram a democracia com o multipartidarismo e um parlamento burguês e toda a companhia. A democracia parlamentar é a expressão da vontade do povo, a incarnação da sua soberania, ninguém deve duvidar. Esta é a retórica. Mas estes húngaros um pouco ingénuos têm ainda de familiarizar-se com a realidade terra a terra. Os parlamentares têm ainda de aprender a exprimir fielmente a vontade do Fundo Monetário

²⁷ECU: iniciais inglesas de *European Currency Unit* (Unidade Monetária Europeia), moeda criada em 1999 pela União Europeia e substituída pelo Euro em 2002, que servia apenas para transacções entre bancos, nunca tendo sido emitidas valores em papel ou metal. (N. Ed.)

²⁸*Echo de la Bourse*, 8 de Dezembro de 1989.

²⁹Em inglês no original, *wonderboy* significa rapaz prodígio (N. Ed.)

³⁰*Radio Free Europe Research Background report* 186, 10 de Outubro de 1989, p. 4-5.

³¹*Ibidem*, p. 4.

³²*Radio Free Europe*, 12 de Outubro de 1989, Polish SR/15, p. 13.

³³*Echo de la Bourse*, 12 de Dezembro de 1989.

Internacional, das multinacionais e da nova raça de tubarões, os empresários húngaros. E Miklos Nemeth – antigo chefe do partido comunista – perante algumas reticências, vê-se obrigado a ladrar: Obedeçam! Senão, as torneiras dos bancos imperialistas fecham-se e a economia húngara afunda-se! Pobres húngaros. Congratularam-se com a morte de um socialismo doente; não vão tardar a sentir o tacão de ferro do capital, a ditadura muito mais terrível de uma classe que acumula os capitais submetendo sem piedade a força do trabalho.

Miséria abominável e miséria salvadora...

Desde há vários anos que o imperialismo sabotou a cooperação económica com a Roménia a fim de sangrar a sua população e alimentar assim o descontentamento popular. Lembramos que apenas há 20 anos, para alargar a influência ocidental à Roménia, os financeiros ocidentais cortejavam assiduamente Ceausescu acenando-lhe com uma cooperação multiforme...

Em Abril de 1989, a CEE rompe as negociações para uma nova cooperação económica com a Roménia. Os Estados Unidos haviam-lhe já retirado o estatuto de nação mais favorecida. Ao mesmo tempo, durante os nove primeiros meses de 1989, regista-se uma queda de 51 por cento no comércio EUA-Roménia.³⁴ No momento em que alguns anunciam o fim da guerra fria porque se juntaram ao campo do inimigo, o Ocidente conduz a guerra psicológica e económica com uma arrogante franqueza. «*A Comissão Europeia está decidida*», poderá dizer o comissário Frans Andriessen, «*a encorajar a passagem pacífica a um sistema económico e político pluralista neste país (a Roménia)*». Foi em 20 de Dezembro de 1989. A luta final havia soado. A Europa capitalista lançava-se à reconquista dos territórios perdidos.³⁵

Esta guerra económica, apresentada favoravelmente como uma questão de «sanções económicas por causa de violações dos direitos humanos», visava agudizar os sofrimentos do povo romeno. Somada aos males causados pelos erros do Partido Comunista, tal deveria ser suficiente para suscitar insurreições contra-revolucionárias na Roménia.

Pelo contrário, na Polónia e na Hungria, países em que as nossas multinacionais investem, a cooperação roda à máxima velocidade desde há um ano. Segundo Witold Trzeciakowski, a Polónia recebeu, desde a chegada ao poder do *Solidarnosc*, somas que «*ultrapassam sensivelmente os dez mil milhões de dólares*», sob a forma de créditos do FMI (2,1 mil milhões de dólares), do Banco Mundial (2 mil milhões), de reescalamento de dívidas, de donativos e de créditos públicos, etc.³⁶

A propósito da Roménia, descreveram-nos largamente a miséria insustentável do seu povo, como se a restauração do capitalismo fosse feita com a intenção de eliminar a miséria e não de enriquecer os exploradores. Ao ouvir os nossos grandes industriais, que num impulso humanitário se apiedaram profundamente da miséria dos romenos, convém lembrar a situação da Polónia livre. A partir do momento em que esses mesmos filantropos cravaram as garras na Polónia, começaram a louvar as vantagens do desemprego, da baixa dos salários e da miséria como pontes obrigatórias para a prosperidade da sociedade de consumo ocidental! Segundo Jeffrey Sachs, um economista da Harvard University, tornado «conselheiro» do *Solidarnosc* e um dos arquitectos da estratégia económica polaca, o desemprego, hoje inexistente, subirá para cinco por cento da população activa no princípio de 1990. Os despedimentos tornaram-se legais desde que o governo deixou de subsidiar a siderurgia e a construção naval. Trzeciakowski e outros funcionários polacos sugeriram que a reforma poderia deixar sem

³⁴Radio Free Europe Research, weekly report on E.E. Vol 1 n. ° 1, p. 30, 5 de Janeiro de 1990.

³⁵Echo de la Bourse, 21 de Dezembro de 1989.

³⁶Echo de la Bourse, 12 de Dezembro de 1989

trabalho até um terço da mão-de-obra.³⁷ A população activa da Polónia é de 17 milhões. «Jerzy Osiatynski, chefe do Gabinete Central de Planeamento, declarou que o governo se preparava para pôr em circulação senhas de alimentação para os pobres, estimados em quatro milhões.»³⁸ Segundo as estatísticas de Agosto de 1989, a produção da indústria alimentar caiu quase 26 por cento relativamente a Agosto de 1988.³⁹ O controlo dos preços foi eliminado e a inflação ultrapassa os 50 por cento por mês. Segundo o *Die Zeit*, o fosso entre ricos e pobres cresce de modo inquietante. As primeiras escolas privadas fizeram a sua aparição: a despesa média por criança representa um quarto do rendimento médio.⁴⁰

Na Roménia, a direita quer conquistar a «liberdade» e o «Estado de direito» que a sua contraparte polaca acaba de obter: a «liberdade de empresa» e a «protecção da propriedade privada» estão já inscritas na nova constituição da Polónia burguesa.⁴¹ E que oferece este capitalismo de última colheita em matéria de erradicação da miséria? Skubizewski, ministro dos Negócios Estrangeiros polaco, um íntimo dos nossos dirigentes sociais-cristãos, acaba de declarar: «As medidas que o governo deve tomar serão muito severas para a população. Falei da possibilidade de ver os rendimentos reais reduzidos de 20 a 30 por cento.»⁴² O *Echo de la Bourse* precisa o sentido que a palavra «revolução» terá para os trabalhadores. «Para jugular a hiper-inflação (900% em 1989), o governo aposta numa séria redução da procura e do consumo. Oficialmente, o nível de vida dos polacos deve descer 20 por cento, mas numerosos economistas referem em privado 40 por cento.»⁴³ Imaginem que o objecto ditador Ceausescu, o «vampiro dos Cárpatos», ávido da miséria popular, tivesse querido diminuir os rendimentos reais em 40 por cento! Hoje, contribuímos com a nossa tablete de chocolate para suavizar a miséria; amanhã ficaremos a saber que o FMI, consolidada a sua experiência de vanguarda na Polónia, pretenderá reduzir em um quarto o consumo dos romenos. Ontem, quando alguns pilares do enfermiço socialismo estavam ainda de pé na Polónia, o *Solidarnosc* ameaçava fazer a «revolução» perante aumentos de preços de 50 por cento. Hoje, com a liberdade económica entregue aos empresários, o *Solidarnosc* faz multiplicar por sete o preço do carvão de uso doméstico, aumenta em 500 por cento o preço do aquecimento central, da água quente, da electricidade e do gás doméstico.⁴⁴

Budapeste: liberdade para os vadios e mendigos...

Aliás, um ano após a «revolução democrática», que devia pôr fim à miséria causada pelo socialismo real, as populações começaram a provar a miséria verdadeira provocada pela liberdade e a democracia. Os reformados húngaros vivem numa indigência que se acentua de dia para dia; Budapeste já tem os seus vadios e mendigos que se arrastam pelas gares. Uma correspondente da *AFP* telegrafa: «Cada vez mais se vai criando uma diferenciação entre duas camadas da população, estima um diplomata. Uma minoria importante ligada ao Ocidente, e que avança com os seus métodos até ao ultraliberalismo, e o resto da população que vegeta num sistema social votado ao abandono.»⁴⁵ Em princípios de 1989, a Hungria reconhece

³⁷Radio Free Europe Research Background report 186, 10 de Outubro de 1989, p. 4-5.

³⁸Radio Free Europe, weekly records of events, 5-11 de Outubro de 1989, p. 15.

³⁹Ibidem, p. 14

⁴⁰Die Zeit, 10 de Novembro de 1989.

⁴¹Echo de la Bourse, 3 de Janeiro de 1990.

⁴²La Libre Belgique, 15 de Dezembro de 1989.

⁴³Echo de la Bourse, 3 de Janeiro de 1990.

⁴⁴Dépêches AFP de Florence Biedermann, 30 de Dezembro de 1989, n° 3004743-3004745.

⁴⁵Ibidem.

oficialmente 2500 famílias com uma fortuna de oito a dez milhões de florins, sendo o salário médio de 6500 de florins. Dois milhões e 260 mil pessoas vivem com um rendimento inferior ao mínimo vital de 2800 florins.⁴⁶ A unidade popular em torno da liberdade e da igualdade não tardou a estilhaçar-se. Numa sociedade dividida em classes sociais, não se escapa nunca à questão: liberdade para que classe? Hoje, na Hungria, amanhã na Roménia, liberdade significa ultraliberalismo para os empresários e os tecnocratas ligados ao Ocidente, mas liberdade significa também miséria, desolação e exploração para aqueles que, pelo seu trabalho, alimentam esta nova classe capitalista. Sabe-se que na Roménia havia pouca coisa nas lojas e que era preciso fazer bicha. A Hungria livre não conhece a penúria. Tudo se pode encontrar, desde perfumes franceses a ultramodernas aparelhagens *hi-fi*... na condição de se ter divisas estrangeiras que abrem o acesso às numerosas lojas onde o florim húngaro foi banido. As lojas estão cheias, mas para quê fazer bicha se não se têm dinheiro para comprar o que quer que seja?

O imperialismo ama os seus «socialistas»

A ofensiva do imperialismo para reconquistar a Europa de Leste avança abertamente com todas as bandeiras desfraldadas. Quem não se esforce por mascarar as realidades, coloca-se inexoravelmente a questão: para quem trabalham aqui certos indivíduos que se fazem passar por socialistas? Exaltado, Guy Spitaels propõe-se exportar para a Polónia os métodos de gestão da *Caterpillar*, da *GB*, da *Société Générale*... «*O que se passa na Polónia parece-me o máximo que se pode esperar na hora actual. É preciso ajudar a Polónia de modo estrutural, levando-lhe os nossos métodos de gestão, interessando os polacos pelo futuro das suas empresas.*»⁴⁷ «As suas» empresas que estão a ser vendidas às nossas multinacionais e aos polacos ricos...

Mas o Grande Prémio da Mistificação vai sem dúvida para o trotskista Mandel. Em Março de 1989, no momento em que se tornava evidente que o imperialismo e a direita se impunham na Polónia e na Hungria, Mandel teve de procurar uma justificação para o seu apoio indefectível a todas as forças anticomunistas em luta contra o «stalinismo». É preciso lembrar que, em 1981, Mandel pretendeu que o *Solidarnosc* praticava, de maneira inconsciente, é verdade, o trotskismo... Mandel disse então: «*O Solidarnosc funciona cada vez mais como um órgão de duplo poder; a revolução política antiburocrática já começou na Polónia.*»⁴⁸ Sempre fiel a esta ideia, Mandel revela-nos hoje: «*A legislação do Solidarnosc é uma vitória para a classe operária.*»⁴⁹ Em 1989, a «revolução política» aproxima-se portanto, da sua consagração. E para concluir, em nome do trotskismo, alguns bravos até ao fim do caminho traçado pela CIA, Mandel dá a lição em 6 de Março de 1989. «*Contrariamente ao que uma apreciação superficial poderia fazer crer, a burguesia europeia não vê com bons olhos esta desestabilização. Não tem a esperança de recuperar a Europa de Leste para o capitalismo.*»⁵⁰ Palavras históricas que não precisam de comentário.

⁴⁶*Blätter für Deutsche und internationale Politik*, 6 de Julho de 1989, S.827.

⁴⁷*La Wallonie*, 4 de Setembro de 1989

⁴⁸*Inprecor*, n.º 105, 6 de Julho de 1981, p. 14.

⁴⁹*Inprecor*, n.º 283, 6 de Março de 1989, p. 3.

⁵⁰*Inprecor*, n.º 105, 6 de Julho de 1981, p. 14.

Lista de nomes

(acrescentada pela edição portuguesa)

Andriessen, Frans (1929), político holandês, foi líder do Partido Popular Católico (*Katholieke Volkspartij – KVP*) entre 1971 e 1977. Ministro das Finanças (1977-80), foi membro da Comissão Europeia entre 1981 e 1993, com as pastas da Concorrência, Agricultura, do Comércio e das Relações Externas.

Attali, Jacques (1943), economista e escritor francês nascido na Argélia, foi conselheiro de François Mitterrand, depois presidente do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (1991-93), de que foi um dos impulsionadores sob a égide do presidente francês. Cria a sua empresa de consultadoria em 1994 (*Attali & Associates*) e a seguir a *PlaNet Finance*, instituição especializada no microcrédito em cerca de 45 países. Em 2001 foi investigado por envolvimento no caso *Angolagate*, que implicou várias figuras políticas francesas na venda ilegal de armas ao governo angolano em 1994.

Balduino, Alberto Carlos Leopoldo Axel Maria Gustavo (1930-1993), filho do rei Leopoldo III da Bélgica e da princesa Astrid da Suécia. Ascendeu à coroa belga em 1951, sendo sucedido por Alberto II em Agosto de 1993.

Bajcsy-Zsilinsky, Endre (1886-1944), jornalista e político antifascista húngaro, cofundador do Partido Nacional Radical (1930), pelo qual é eleito deputado em 1935. Foi chefe de redacção do diário antinazi Szabadság (Liberdade), editor do Szabad Szó (Mundo Livre) criado em 1941, e um dos organizadores dos protestos antinazis realizados em Março desse ano. Preso pela Gestapo vem a ser executado por enforcamento em Dezembro em 1944. O seu nome e exemplo continuam hoje a ser lembrados com estátuas e na toponímia de várias cidades da Hungria.

Ceausescu, Nicolae (1918-1989), membro da Juventude Comunista desde 1933, entra para o partido em 1936. Preso entre 1940 e 1944, é eleito secretário do CC da Juventude Comunista (1944-45), integra o governo como ministro da Agricultura (1948-50), entra para o CC em 1952, para o *Politburo* em 1955, tornando-se secretário-

geral em 1965. Foi presidente do Conselho de Estado entre 1967 e 1974 e Presidente da Roménia a partir de 1974. Foi preso e assassinado com a mulher no decurso da chamada «insurreição de Dezembro», exactamente no dia 25, em Timisoara, operação que foi montada por serviços secretos ocidentais em conluio com o *KGB* soviético. O sinal para a dita «insurreição popular», foi dado pelo próprio Eduard Chevardnadze, então ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, num visita à Roménia pouco antes do derrubamento do regime socialista.

Craxi, Benedetto (Bettino) (1934-2000), secretário do Partido Socialista Italiano (1976-93), foi primeiro-ministro entre 1983 e 1987, tendo sido eleito deputado consecutivamente entre 1968 e 1994 e ainda deputado ao Parlamento Europeu (1979-83 e 1989-92). Acusado em 1992 e depois condenado a 27 anos de prisão no quadro do processo «Mãos Limpas» por vários casos de financiamento ilícito dos partidos e de corrupção, refugia-se na Tunísia onde vem a morrer. A teia de corrupção investigada pelos magistrados dirigidos por Antonio Di Pietro provoca a dissolução do PS italiano, depois de ter perdido todo o apoio eleitoral (2,2% nas eleições de 1992).

De Clercq, Willy Clarisse Elvire Hector, (1927), visconde, político liberal belga, integrou vários governos de coligação entre 1960 e 1980, foi primeiro-ministro e ministro das Finanças (1973-74, 1974-77 e 1980), tornando-se ministro de Estado em 1985. Foi deputado ao Parlamento Europeu entre 1989 e 2004 eleito pelo Partido da Liberdade e do Progresso (*PVV*).

Geremek, Bronislaw (1932-2008), historiador medievalista, membro do Partido Operário Unificado Polaco entre 1950 e 1968. Integra o Comité de Defesa dos Operários (KOR) e junta-se ao movimento anti-socialista do *Solidarnosc*, tornando-se consultor de Lech Walesa no início dos anos 80. Após o derrubamento do socialismo, é eleito deputado e mais tarde designado ministro dos Negócios Estrangeiros (1997-2000) e eleito presidente da Organização Para a Segurança e Cooperação na

Europa (OSCE) em 1998. É eleito deputado ao Parlamento Europeu em 2004 e preside a Fundação Jean-Monnet a partir de 2006. Faleceu num acidente de viação em Julho de 2008.

Geyt, Louis Van (1927), último secretário-geral do Partido Comunista da Bélgica, cargo que ocupou desde 1972 até à cisão em 1989, que deu origem ao Partido Comunista da Flandres e ao Partido Comunista da Valónia, ambos filiados no Partido de Esquerda Europeu.

Jaruzelski, Wojciech Witold (1923), formado na arte militar na URSS, onde se encontra desde 1940, junta-se, em 1943, à 1ª Divisão de Infantaria Polaca formada em território soviético. Como comandante recebe várias medalhas e ordens soviéticas e polacas. Em 1947 adere ao Partido Operário Unificado Polaco, é membro do CC desde 1948 e do *Politburo* desde 1968. Nomeado chefe do Estado-Maior e vice-ministro da Defesa em 1965 (ministro desde 1968 até 1983), assume, em Fevereiro de 1981, as funções de presidente do Conselho de Ministros (1981-1985), ocupando o cargo de primeiro secretário do POUP em Outubro (1981-1989). Em Dezembro decreta o estado de sítio no país e manda deter os líderes do *Solidarnosc*. Presidente do Conselho de Estado (1985-1989) e finalmente presidente da Polónia (1989-1990).

Kadar, János, verdadeiro apelido Csermanek, (1912-1989), secretário-geral do Partido Socialista Operário Húngaro entre 1956 e 1988, e primeiro-ministro entre 1956 e 1958 e 1961 e 1965. Aderiu à juventude comunista em 1931 e ao partido comunista em 1935. Participante na resistência na Hungria, Checoslováquia e Jugoslávia, entra para o CC em 1942 e para o *Politburo* em 1945. Em 1948 é designado ministro dos Assuntos Internos. Em Junho de 1951 é preso acusado de traição e de titismo. Reabilitado em 1954, volta a integrar o *Politburo* do Partido dos Trabalhadores da Hungria (PTH), assim designado desde 1948. Após a autodissolução do PTH (1 de Outubro 1956), integra o comité executivo do recém-criado Partido Socialista Operário Húngaro. Entre 30 de Outubro e 4 de Novembro de 1956, foi ministro de Estado do governo de Imre Nagy. Na noite de 1 de Novembro voa secretamente para a URSS, onde, demarcando-se de Nagy, participa na organização do «governo revolucionário operário camponês da Hungria», que passa a dirigir com o apoio da URSS.

Lorincze, Peter, secretário-geral da Câmara de Comércio húngara em Setembro de 1989. Não encontramos referências biográficas

Maxwell, Ian Robert, verdadeiro nome Ján Ludvík Hoch (1923-1991), nasceu numa pequena aldeia da Ucrânia, então integrada no território da Eslováquia, no seio de uma família judaica. Após a ocupação nazi, refugia-se no Reino Unido (1940), cuja nacionalidade adquire. Faz fortuna no pós-guerra no mundo das edições, voltando-se para a política nos anos 60, quando se torna deputado trabalhista (1964-70). Foi proprietário de vários jornais, designadamente, do *The Daily Mirror* ou do *New York Daily News*. Morreu aos 68 anos em circunstâncias misteriosas, tendo supostamente caído ao mar quando se encontrava no seu iate ao largo das Canárias. O grupo não lhe sobreviveu, descobrindo-se que afinal as empresas estavam tecnicamente falidas.

Mizsei, Kálmán (1955), economista húngaro conservador, foi vice-presidente para os Programas Económicos do Instituto de Estudos Este-Oeste de Nova Iorque (1992-95), presidente do *Hungarian Export Import Bank Ltd.* e do *Hungarian Export Credit Insurance Ltd.* (1995-97), chefe do gabinete de investimentos para a Europa Central e de Leste da *AIG Global Investment Corp.* (1997-2001), assistente do secretário-geral das Nações Unidas (2001-2006), e representante especial da UE na República da Moldava desde 2007.

Murdoch, Keith Rupert (1931), magnata de origem australiana, naturalizado norte-americano (1985), proprietário da *News Corporation*, um dos maiores grupos mediáticos do mundo. Em 2010 foi considerado a 13ª personalidade mais influente do planeta e a sua fortuna classificada em 117.º lugar pela revista *Forbes*. No seu vasto império contam-se prestigiados títulos como o *New York Post* ou o *Wall Street Journal*, nos EUA, o *The Times* ou o *Sun* no Reino Unido. É ainda proprietário de cadeias de televisão, sites Internet, produtoras cinematográficas, etc.

Nagels, Jacques (1937), militante do Partido Comunista belga, professor de Economia Política na Universidade Livre de Bruxelas, é autor de vários livros, designadamente, sobre a restauração do capitalismo na URSS e no Leste europeu.

Nagy, Imre (1896-1958), participante na I Guerra Mundial, é feito prisioneiro na Rússia, onde se torna marxista-leninista. Em 1917 adere ao partido dos bolcheviques e combate no

Exército Vermelho durante a Guerra Civil. Regressa à Hungria em 1921, mas as perseguições obrigam-no a fixar-se na URSS entre 1930 e 1944. Próximo de Bukhárine, é preso com ele, mas em breve torna-se colaborador dos órgãos de segurança do NKVD e escapa assim às investigações. Em Novembro de 1944 regressa ao seu país e ainda nesse ano desempenha funções ministeriais nos governos de coligação. Em 1945 torna-se ministro dos Assuntos Internos e é eleito para o CC, do qual é afastado em 1949, acusado de oportunismo, e exonerado de todos os cargos. Contudo, após o seu «arrependimento», é designado ministro da Agricultura em Dezembro de 1950. Em Julho de 1956, num ambiente de agitação política, o CC demite o secretário-geral Mátyas Rákosi, elegendo Gero Erno. Logo em 24 de Outubro, após as manifestações estudantis que derrubaram a estátua de Stáline em Budapeste, Nagy é nomeado presidente do Conselho de Ministros, tornando-se o líder da revolta que considera justa. Na sequência da intervenção das tropas do Tratado de Varsóvia, em 4 de Novembro, refugia-se na embaixada da Jugoslávia mas é capturado ao tentar evadir-se. Acusado de «conspiração e de traição à pátria» é condenado à morte pelo Tribunal Supremo.

Németh, Miklos (1948), primeiro-ministro provisório da Hungria entre Novembro de 1988 e Maio de 1990, coube-lhe a decisão de permitir aos alemães de Leste atravessar o seu país para entrar na República Federal Alemã. Depois de sair do governo foi nomeado vice-presidente do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento, fundado para intervir financeiramente nos países do ex-campo socialista.

Osiatyński, Jerzy (1941), economista e político polaco, foi ministro-director do Gabinete Central de Planeamento no governo de Tadeusz Mazowiecki (1989-90), ministro das Finanças sob Hanna Suchocka (1992-93) e deputado ao parlamento (1989-2001). Desde 2010 é conselheiro para os Assuntos Económicos do Presidente Bronislaw Komorowski.

Pozsgay, Imre (1933), membro do Partido Socialista Operário Húngaro desde 1950, foi professor de Marxismo-Leninismo entre 1957 e 1970. Torna-se ministro da Cultura em 1976 e da Educação (1980-82). Em 1988, com a exclusão de Janos Kadar da direcção do partido, entra para o *Politburo* e torna-se ministro de Estado. Em Novembro desse ano declara na rádio nacional

que a insurreição de 1956 tinha sido «uma sublevação popular» e não uma contra-revolução, tendo já antes defendido a retirada da vedação de arame farpado que marcava fronteira com a Áustria, o que começa a ser feito em Maio de 1989. Foi um dos principais promotores do «piquenique pan-europeu» que juntou, em 19 de Agosto de 1989, na fronteira austro-húngara centenas de cidadãos da Alemanha de Leste e antecedeu a destruição do Muro de Berlim três meses depois.

Sachs, Jeffrey (1954), economista norte-americano, consultor do antigo secretário-geral da ONU, Kofi Annan, e do actual, Ban Ki-Moon, foi considerado pela *Time Magazine* como uma das figuras mais influentes do mundo. Passou por uma multiplicidade de instituições internacionais (FMI, BM, OCDE, OMS, PNUD), e interveio como conselheiro junto de vários os governos com a sua «terapia de choque», que espalhou a miséria na Bolívia (1985), na Polónia (1989) e na Rússia (1991), gerando em simultâneo uma fina camada de milionários.

Skubiszewski, Krzysztof (1926-2010), jurista polaco, pós-graduou-se em França (1957) e nos EUA (1958). Depois de leccionar na Universidade de Poznan (1961-63), foi professor em Genebra (1971-79) e em Oxford (1971-72). Membro activo do *Solidarnosc*, foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros (1989-93), dirigindo as negociações de adesão da Polónia à NATO. Em 1994 torna-se juiz do Tribunal Internacional de Justiça em Haya.

Spitaels, Guy (1931), político belga francófono, membro do Partido Socialista Belga, o qual preside entre 1981 e 1992. Integrou vários governos, tornando-se ministro-presidente da região da Valónia entre 1992 e 1994.

Trzeciakowski, Witold (1926-2004), economista polaco, doutorado nas universidades norte-americanas de Harvard e Columbia, onde estuda entre 1951 e 1959, com uma bolsa da Fundação Ford. Trabalha no Instituto de Comércio Exterior da Polónia (1959-81), mantendo em simultâneo a sua actividade docente. Consultor do *Solidarnosc*, participa na Mesa Redonda, sendo eleito senador em 1989. Em Setembro integra o governo de Tadeusz Mazowiecki, e em Dezembro o Conselho Económico sob alçada do governo.

Vastagh, Pál (1946), advogado, membro do Partido Socialista Operário Húngaro desde 1966,

foi uma das figuras da contra-revolução de 1989/90. Ministro da Justiça entre 1994 e 1998 e mais tarde embaixador no Canadá.

Vogel, Hans-Jochen (1936), político social-democrata alemão, integra o governo em coligação com os liberais, liderado por Willy Brandt, em 1972, como ministro do ordenamento

do território, depois ministro da Justiça. Presidente da cidade-estado de Berlim Ocidental em 1981, torna-se presidente do grupo parlamentar do SPD em 1987. Em 1994 retira-se da política. É actualmente presidente honorário da Internacional Socialista.